

As novas formas de participação cidadã

MARIA ALICE SETUBAL

Tendências & Debates - Folha de S.Paulo - 02/09/2011

Tendo participado ativamente da campanha presidencial de Marina Silva em 2010, sou interpelada a toda hora por pessoas de diferentes idades, que atuam em diversos setores da sociedade, com uma cobrança: "E agora, que vamos fazer?" Tal indagação me remete a outra questão: como viabilizar a participação ativa e estruturada de maneira a influenciar o funcionamento do Estado e a vida social?

Os desgastes dos partidos políticos e as crises financeiras e sociais do mundo hoje nos obrigam a pensar novos paradigmas que possam acolher o desejo de participação de milhares de pessoas, sobretudo jovens, que se sentem excluídos desse modelo de sociedade.

Trata-se ainda de um desejo difuso e intangível, mas que está gerando novas formas de participação e atuação na sociedade. Em vez de uma participação latente que emerge somente na época das eleições, as novas gerações se engajam cotidianamente em causas sociais, ambientais e culturais, em uma forte e apaixonada busca de soluções para enfrentar os desafios do século 21.

Nesse cenário, pensar novos modelos de sociedade e, sobretudo, pensar novas formas de participação nos leva a analisar a atuação das organizações da sociedade civil e sua inserção no debate político mais amplo.

No campo social, os recursos se concentram, cada vez mais, em grandes fundações e institutos em detrimento das organizações comunitárias. Entretanto, essas pequenas organizações cumprem um papel imprescindível para a consolidação dos direitos humanos nas questões de raça, gênero, população de rua e de presídios e outras.

Nesse contexto, de um lado, a falta de recursos e de espaços de atuação, além de enfraquecer a luta por essas causas, resulta em perda de capital social e em esgarçamento do tecido social, na medida em que essas ONGs de base atuam como pontes entre pessoas, instituições e as políticas públicas na construção de uma sociedade democrática e participativa.

E de outro lado, novas e diferentes formas de organizações da sociedade civil têm surgido com força, por exemplo, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Rede Nossa São Paulo, Fórum Social de São Paulo, Comitê das Florestas, Todos pela Educação, dentre outras. São experiências de organizações fluidas e horizontais, legitimadas pela inclusão de vários atores.

O século 21 exige visão sistêmica e não linear das diferentes políticas e programas, além de hierarquias flexíveis, trabalho colaborativo, autonomia e liberdades de escolha e opção. Por fazerem a diferença, os bens coletivos e os intangíveis devem ser priorizados: ouvir, respeitar, reconhecimento social, fazer junto, cooperação e reciprocidade.

Nesse cenário de crise de partidos políticos, dificuldade financeira e institucional de parte da sociedade civil organizada, coexiste uma fértil vontade de mobilização entre jovens, com

experiências de escolas de ativismo e de lideranças, e movimentos de transparência que se multiplicam pelo país.

É na sociedade civil que será possível encontrarmos as respostas para os desafios que o século 21 nos coloca.

Para além da premência indiscutível de reorganização dos partidos e das formas de representação política, o maior desafio é garantir a multiplicação de posições e espaços para novos modos de mobilização e incrementar a capacidade de influência das diversas vozes que ecoam na sociedade.

É essa a saída para o fortalecimento da sociedade civil e para a implementação de políticas públicas compromissadas com o desenvolvimento sustentável e justo para o país.

MARIA ALICE SETUBAL, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), é presidente dos conselhos do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e da Fundação Tide Setubal.